

MARCOS COIMBRA

SOCIÓLOGO E CIENTISTA POLÍTICO
MARCOS.COIMBRA@UAI.COM.BR



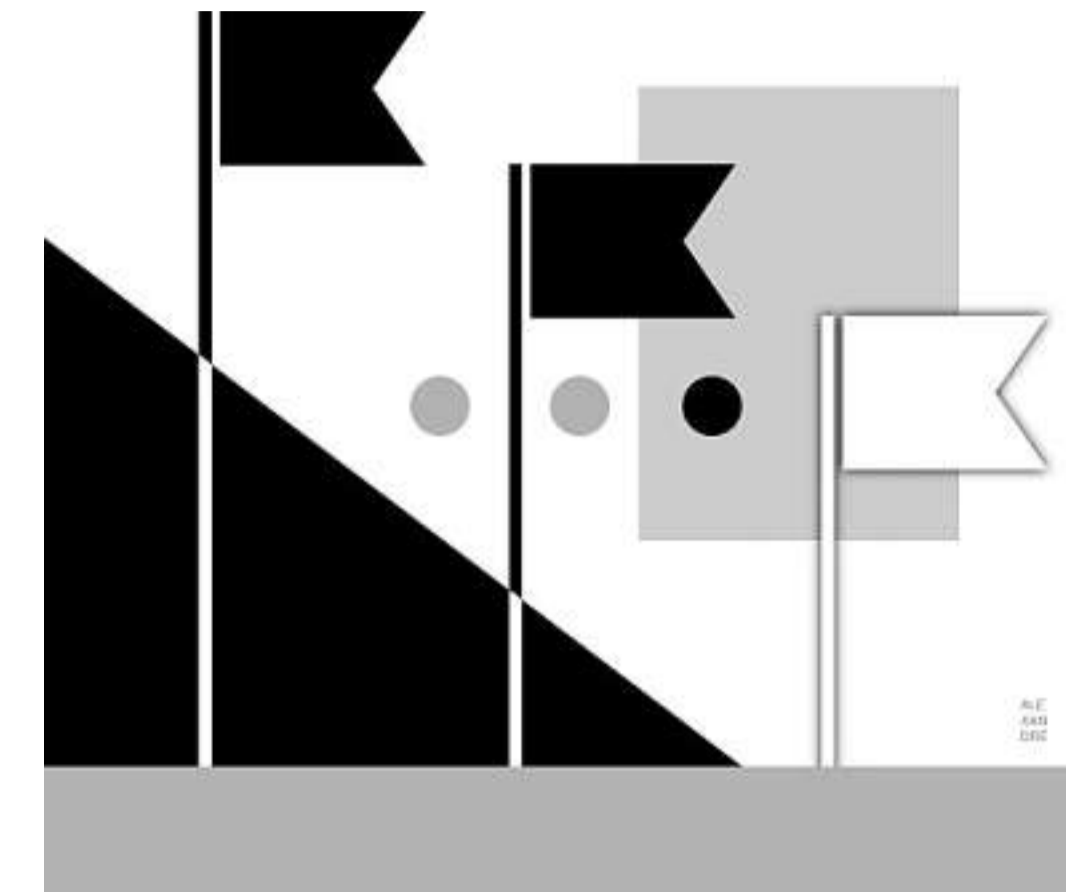
MARCOS MICHELI/EM

Quem quer o terceiro mandato?

As óbvias dificuldades do PT em encontrar uma boa opção de candidatura presidencial para 2010 mantêm viva a discussão de um terceiro mandato para Lula. Nas entrelinhas de vários pronunciamentos do 3º Congresso Nacional petista da semana passada e nos comentários sobre seus resultados, o assunto voltou à baila, forçando os meios políticos a lidar com ele outra vez.

Agora, quando se anuncia que o PT pretende encaminhar uma proposta de "mini-constituente" para promover a desejada e sempre inconclusa reforma política, muitos suspeitam que o terceiro mandato possa, finalmente, ganhar espaço para ser discutido à luz do dia. De tema que ninguém defende abertamente, de sonho secreto, falado à boca pequena em algumas ante-salas, ele pode assumir seu nome.

Note-se que a idéia da mini-constituente não é má. Está patente que, na tramitação legislativa normal, a reforma política dificilmente chegará a qualquer resultado significativo, como mostraram as tentativas mais recentes. Seja porque os pontos de entendimento são poucos, seja porque o calendário faz com que os parlamentares considerem as propostas de mudança sempre da perspectiva de suas conseqüências para seus projetos político-eleitorais, nos quais há uma eleição a cada



dois anos, a idéia parece conveniente. Se é mesmo a melhor, não se pode dizer, até porque não há outras postas. Mas algo próximo a isso é necessário.

Será que o PT, em um foro como esse, empunharia mesmo a bandeira do terceiro mandato? Será que delegaria a tarefa a outro partido da base aliada, para evitar a acusação de defender uma proposta em benefício próprio? Quem quer fosse por sua cara à mostra, teria um ônus a pagar. E não

seria um preço pequeno, por várias razões.

A primeira é que a tese de um terceiro mandato em seqüência para Lula não tem raiz social relevante. Não há qualquer segmento de nossa sociedade que a esteja propondo e fazendo sua defesa. Não há um discurso que a justifique com algum raciocínio, social, político, administrativo, apresentado por quem quer que seja.

Se algo assim vier a surgir daqui para frente, estará sob a

suspeita de não ser mais que uma manobra de quem só a defende por uma razão inconfessável: o medo de perder a eleição, risco inerente à política democrática. É tarde para criar o Movimento Nacional "Fica Lula".

A segunda é que a tese soa malíssimo em um país como o nosso, que vem, ao longo de um penoso processo, recém adquirindo uma certa estabilidade no seu quadro jurídico e institucional. É verdade que a possibilidade de

uma reeleição foi estabelecida, em 1997, de forma questionável. Tinha, no entanto, ampla acolhida nos sentimentos da opinião pública, tanto que ela continua a apoiá-la, dez anos depois. Inversamente, hoje, 60% das pessoas são contra que a possibilidade seja estendida, conforme mostrou recente pesquisa da Vox Populi.

Em terceiro lugar, toda a conversa sobre ampliação de mandatos foi contaminada e desmoralizada depois do que estão fazendo Chávez e seus seguidores, América Latina afora. Neste momento, adotá-la no Brasil parece cópia do que está acontecendo em seus países, que pouco possuem, nesse aspecto, a nos ensinar. É o efeito Orloff ao contrário: o Brasil não quer ser, amanhã, a Venezuela de hoje (ou a Bolívia, o Equador, etc.)

Finalmente, sem enraizamento, sem amparo em nossa tradição política e sofrendo pelos maus exemplos à nossa volta, o terceiro mandato também não tem apoio nas lideranças de opinião, da imprensa e da sociedade. Sem as primeiras condições, mas contando com um forte suporte delas, a tese poderia chegar ao "povão", onde está, atualmente, a base da popularidade de Lula.

Assim, perderia até a imagem de manobra partidária de quem teme ser derrotado. Como, no entanto, não tem esse apoio, tudo fica mais difícil para quem a deseja.

“
A tese de um terceiro mandato em seqüência para Lula não tem raiz social relevante. Não há qualquer segmento de nossa sociedade que a esteja propondo e fazendo sua defesa

DINHEIRO PÚBLICO

Medidas tomadas pelo Tribunal de Contas da União antes da conclusão de obras e licitações impedem prejuízos maiores. Pelo menos 40 projetos no total de R\$ 3 bilhões estão parados

Ação preventiva barra fraudes

Brasília – Apesar do aumento das irregularidades encontradas nas contas do governo federal analisadas pelo Tribunal de Contas da União (TCU), a adoção de medidas preventivas impede uma explosão ainda maior das fraudes. No relatório de atividades relativas ao segundo trimestre deste ano, o presidente do tribunal, Walton Rodrigues, cita um exemplo de ação preventiva. A alteração na metodologia de repasse de receita de terceiros, implementadas pela Secretaria de Receita Previdenciária, vai gerar uma economia de R\$ 1,1 bilhão aos cofres públicos nos próximos cinco anos. Ele tam-

bém destacou, nos resultados das ações de controle, o aumento expressivo de denúncias e representações encaminhadas ao tribunal. O presidente já havia feito essa observação no primeiro trimestre, destacando que "tais instrumentos representam alguns dos principais meios oferecidos pelo TCU para que o cidadão exerça o controle social".

Outro exemplo da ação preventiva está nos relatórios anuais de obras com indícios de irregularidades graves. Os projetos incluídos nessa lista deixam de receber recursos do Orçamento da União. Levantamento feito pelo Estado de Minas

mostra que 11 grandes obras estão paralisadas há pelo menos seis anos por causa de irregularidades apontadas pelo TCU. Outras 29 obras estiveram paradas por pelo menos três anos, desde 2001. Quatro delas são da Construtora Gautama, empresa acusada pela Polícia Federal de montar esquema para fraudar licitações. Só a construção da adutora de Italuís, no Maranhão, tem contrato de R\$ 150 milhões.

Esses 40 empreendimentos têm um orçamento total de R\$ 3 bilhões. Algumas dessas obras foram contratadas entre 15 e 20 anos atrás. A paralisação da obra visa a evitar maio-

res prejuízos para os cofres públicos, como ocorreu na construção da sede do Tribunal Regional do Trabalho de São Paulo (TRT-SP). O prédio foi concluído, mas o dinheiro desviado, cerca de R\$ 100 milhões, até hoje não foi recuperado.

DEPERDÍCIOS O trabalho de fiscalização durante a realização das obras evita desperdícios. No ano passado, quando o governo federal desenvolveu a Operação Tapa Buracos, para a recuperação de 26,5 mil quilômetros de rodovias, com recursos de aproximadamente R\$ 400 milhões, o tribunal mobilizou 100 auditores para

analisar as contratações com dispensa de licitação, a adequação dos preços e a qualidade dos serviços.

Uma dificuldade permanece para o TCU: a declaração de inidoneidade de empresas para participar de licitação e a inabilitação de servidores para o exercício de cargos públicos. Apesar das centenas de casos de fraude em licitações identificados pelo tribunal, o número de empresas impedidas de participar de concorrências públicas tem se mantido em 20 ao ano. O número de servidores proibidos de ocupar cargos públicos caiu de 18 para 13 nos últimos três anos.

FELIPE VIEIRA/AGÊNCIA O GLOBO - 30/1/06



Ministros do tribunal vistoriam obra federal: fiscalização para coibir desvios de recursos

PREVENÇÃO

MEDIDAS CAUTELARES ADOTADAS EM 2007 PELO TCU PARA CONTER DESVIOS

- Suspensão de concorrência para reconstrução da plataforma de lançamento do veículo lançador de satélites. Valor: R\$ 33,8 milhões
- Suspensão de pregão eletrônico para aquisição de testes para detecção de doenças pertinentes à saúde da população indígena. Sobrepreço estimado de R\$ 13 milhões
- Suspensão do contrato firmado com a empresa Digilab para a implantação da TV Funasa. Valor: R\$ 71 milhões
- Suspensão de concorrência internacional para construção de Centro de Desenvolvimento Tecnológico em Saúde. Valor: R\$ 77,7 milhões
- Suspensão de pregão eletrônico para transporte aéreo de carga para a rede postal aérea noturna. Valor estimado de R\$ 100 milhões
- Suspensão de concorrências para obras de recuperação e melhorias nas BR- 262/MG e BR- 230/MA nos valores de R\$ 374 milhões e R\$ 154 milhões, respectivamente
- Retenção de pagamento de R\$ 932 mil, correspondente a 8,4% do valor contratual de R\$ 16,1 milhões, para implantação, pavimentação e obras de arte na BR- 317, trecho AM/AC/Divisa com Peru